

Economia poderá ter superministro

- 4 AGO 1989

Foto de Luiz Antonio

O GLOBO

BRASÍLIA — A suspensão do pagamento da dívida externa e a nomeação de um Superministro da Economia são duas das principais medidas incluídas na proposta de pacto antiinflacionário do Congresso, entregue ontem ao Presidente Sarney pelo Presidente do Congresso, Senador Nelson Carneiro, com a assinatura de 13 líderes partidários. Na versão final, o documento foi modificado por interferência do Governo. A suspensão incondicional do pagamento da dívida externa foi substituída pela suspensão condicional, no caso de não se viabilizar um acordo com os credores nas bases exigidas pelo País.

As condições colocadas para o acordo são a redução do estoque da dívida para o seu valor de mercado, pagamento de juros pelo valor histórico e a manutenção das reservas cambiais em níveis compatíveis com a segurança do comércio internacional. A alteração no texto original do

documento foi solicitada pelo Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega e pelo Presidente José Sarney ao Líder do Governo na Câmara, Luiz Roberto Ponte. O Líder entregara a Sarney informalmente, quarta-feira, uma minuta do documento, retornando ao Congresso com essa proposta de alteração.

O pacto foi assinado pelo PMDB, PFL, PSDB, PDS, PCB, PTB, PRN, PL, PSC, PPB, PST, PDC e PMB. Não assinaram o documento quatro partidos: PT, PDT, PC do B e PSB, sob a argumentação de que a iniciativa, na prática, significava a adoção do parlamentarismo. O Líder do PDT, Deputado Vivaldo Barbosa, considerou também o encaminhamento do acordo inadequado, principalmente porque o documento foi submetido ao exame do Governo antes de ser assinado.

O programa de emergência proposto pelo Congresso contém 24 me-

didas a serem adotadas na área de política fiscal e monetária, área externa e área de preços. O Ministro da Economia ficará encarregado de executar as medidas, mantendo contato semanal com o Congresso, pretendem os líderes partidários. Na área fiscal, o programa prevê redução de prazo para o pagamento de tributos, aceleração da execução de débitos fiscais, suspensão de incentivos e subsídios por oito meses, extinção de cargos e órgãos desnecessários, venda de carros e residências oficiais, privatização de empresas e venda de ações de estatais.

Ao Congresso caberá lutar para aprovar as medidas necessárias à execução do programa de emergência, através de uma comissão criada para acompanhar a execução das medidas. Mas todas elas deverão ser discutidas previamente entre o Governo e a comissão de acompanhamento do Congresso, para só depois serem encaminhadas ao Legislativo.



Comandados por Nélson Carneiro, líderes assinam a proposta ao Governo